

Superior Tribunal de Justiça

RECURSO ESPECIAL Nº 1.837.942 - SE (2019/0274684-6)

RELATOR : MINISTRO BENEDITO GONÇALVES
RECORRENTE : ELAINE DA SILVA CHAVES
ADVOGADO : ARETUSA MARIA SOUZA DE OLIVEIRA - SE001024A
RECORRIDO : MUNICÍPIO DE POÇO REDONDO
ADVOGADO : DANIELA FREITAS DE OLIVEIRA - SE010262

EMENTA

PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO. RECURSO ESPECIAL. SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL. CONVERSÃO DE VENCIMENTOS EM URV. REESTRUTURAÇÃO DA CARREIRA. MARCO INICIAL DA PRESCRIÇÃO. INVIABILIDADE DE INTERPRETAÇÃO DA LEI COMPLEMENTAR MUNICIPAL 162/2002. SÚMULA 280/STF. DEFASAGEM REMUNERATÓRIA. REEXAME DE PROVAS. SÚMULA 7/STJ. PRECEDENTES. DISSÍDIO NÃO COMPROVADO. RECURSO NÃO CONHECIDO.

DECISÃO

Trata-se de recurso especial interposto por ELAINE DA SILVA CHAVES, com fundamento no art. 105, III, "a" e "c", da CF, contra acórdão prolatado pela 1ª Câmara Cível, do Tribunal de Justiça do Estado de Sergipe, assim ementado (fls. 305-308, e-STJ):

APELAÇÃO CÍVEL - AÇÃO DE REVISÃO DE VENCIMENTOS - SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL - PROFESSORA - DIFERENÇAS SALARIAIS DECORRENTES DA CONVERSÃO DA URV EM REAL - LIMITAÇÃO TEMPORAL DECORRENTE DO ADVENTO DA LEI COMPLEMENTAR MUNICIPAL Nº 162/2002 QUE REESTRUTUROU A CARREIRA E VENCIMENTOS NO ÂMBITO DO MAGISTÉRIO PÚBLICO DO MUNICÍPIO DE POÇO REDONDO - REPERCUSSÃO GERAL - RE 561836 - DECURSO DE MAIS DE 05 (CINCO) ANOS ENTRE A LEI QUE IMPLEMENTOU NOVO REGIME JURÍDICO REMUNERATÓRIO E O AJUIZAMENTO DA AÇÃO - PRESCRIÇÃO DE FUNDO DE DIREITO CONSUMADA - PRECEDENTES - SENTENÇA MANTIDA - DES PROVIMENTO DO RECURSO - DECISÃO UNÂNIME.

Sem embargos de declaração.

A recorrente em suas razões alega ofensa do art. 489, § 1º, IV, do CPC/2015, afirmando que o acórdão deve ser reformado porque não acolheu o pedido de inversão do ônus da prova e, sucessivamente, ao art. 373, II, do CPC/2015, apontando que o Tribunal *a quo* não se manifestou em relação aos argumentos apresentados nas razões da Apelante, deixando de fundamentar o acórdão em dispositivos da lei federal, acolhendo presumidamente ditames de lei municipal (Lei Complementar n. 162/2002) superveniente, os quais poderia, de fato, refutar a sentença de improcedência do juiz a quo, reformando-a. Além disso, alega divergência jurisprudencial, defendendo que "não é qualquer lei estruturante que tem o condão de repor as perdas decorrentes da errônea correção da URV" (fl. 321, e-STJ).

Defende, ainda, que, "se não existiam nos autos provas suficientes do direito buscado e o recorrido também não desconstituiu (não provou a incorporação/recomposição pretendida) e a Lei Municipal nº 162/2002 não traz

Superior Tribunal de Justiça

dispositivo expresse de que fez a incorporação/recomposição quando reestruturou a carreira do servidor, tanto o juiz a quo quanto o relator a quo julgaram por PRESUNÇÃO o direito invocado pela Recorrente está ancorado na Lei nº 8.880/94, ou seja, o direito do Requerente esta constituído por não haver fato impeditivo, modificativo ou extintivo do seu, não há que se falar em PRESCRIÇÃO" (fl. 319, e-STJ).

Contrarrazões às fls. 340-353, e-STJ.

Juízo positivo de admissibilidade às fls. 357-361, e-STJ.

É o relatório. Passo a decidir.

Discute-se nos autos sobre a revisão de vencimentos na qual a autora, servidora pública municipal/professora, requer a revisão dos vencimentos com a respectiva incorporação, em folha de pagamento, do percentual de perda remuneratória decorrente da conversão dos valores monetários do índice da "URV" quando da implantação do Plano Real, realizada no ano de 1994.

Com efeito, o Tribunal de origem reconheceu a prescrição do fundo de direito para a parte recorrente pleitear as diferenças decorrentes da conversão em URV, com base na seguinte fundamentação (fls. 306-307, e-STJ):

[...]

No presente caso, trata-se a autora de professora, incidindo a Lei Complementar Municipal nº 162/2002 que modificou os padrões remuneratórios e instituiu o plano de carreira e remuneração do Magistério Público municipal e, portanto, alterou o sistema remuneratório e reestruturou a carreira e vencimentos no âmbito do Magistério Público do município de Poço Redondo (fls. 78 e segs.).

Nesse toar, destaco que o Supremo Tribunal Federal consolidou o entendimento no sentido de que as parcelas relativas às diferenças decorrentes da conversão dos vencimentos em URV têm seu termo final na data em que editada lei que reestruturou a remuneração dos servidores, porquanto criado regime de remuneração sem qualquer relação com o anterior, findando então a repercussão nos vencimentos do errôneo cálculo.

[...]

Com efeito, consoante o precedente da Corte Suprema a incorporação dos 11,98% deveria ocorrer até o momento da reestruturação da carreira, uma vez que não há direito à percepção *ad eternum* de parcela de remuneração pelo servidor público.

Assim, no presente caso, eventuais parcelas devidas em decorrência da conversão estariam adstritas até o advento Lei Complementar Municipal nº 162/2002, parcelas que se encontram fulminadas pela prescrição quinquenal, considerando que a presente demanda fora ajuizada em 20.06.2018.

Forte em tais lineamentos, voto pelo desprovimento do apelo.

Ao assim decidir, o Tribunal de origem não se afastou da orientação jurisprudencial deste Superior Tribunal segundo a qual, embora não seja possível compensação de perdas salariais resultantes da conversão em URV com reajustes determinados por lei superveniente, é cabível a limitação temporal do pagamento quando há recomposição nos vencimentos decorrente de reestruturação na carreira dos servidores.

Nesse sentido:

ADMINISTRATIVO E PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. SERVIDOR PÚBLICO. URV. REESTRUTURAÇÃO DA CARREIRA. LIMITAÇÃO TEMPORAL. MARCO INICIAL DO PRAZO PRESCRICIONAL. VALORES PRETÉRITOS QUE SE ENCONTRAM PRESCRITOS.

Superior Tribunal de Justiça

AGRAVO INTERNO DOS SERVIDORES A QUE SE NEGA PROVIMENTO.

1. Cuida-se, na origem, de Ação Ordinária ajuizada por Servidores do Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro, em que pleiteiam a incorporação aos seus vencimentos do percentual de 11,98% decorrente da errônea conversão de Cruzeiros Reais para Unidade Real de Valor-URV.
2. A instância originária reconheceu que a Lei 4.620/2005, do Estado do Rio de Janeiro, que reestruturou a carreira dos Servidores do Poder Judiciário daquela unidade federativa, é o marco inicial da contagem do prazo prescricional, e tendo a presente ação sido ajuizada somente no ano de 2014, ou seja, nove anos após a entrada em vigor do respectivo diploma normativo, inexistem parcelas a serem pagas no quinquênio anterior ou posterior ao ajuizamento da ação.
3. O entendimento do Tribunal a quo se alinha a jurisprudência desta Corte Superior de que a reestruturação da carreira dos Servidores é o marco inicial da contagem do prazo prescricional para a cobrança dos possíveis prejuízos decorrentes da errônea conversão de vencimentos em URV, que atinge todo o direito reclamado após o prazo de cinco anos. Precedentes: EDcl no REsp. 1.233.500/MG, Rel. Min. MAURO CAMPBELL MARQUES, DJe 23.2.2017; AgRg no AREsp. 811.567/MS, Rel. Min. HERMAN BENJAMIN, DJe 23.5.2016; AgInt no AREsp. 935.728/SP, Rel. Min. SÉRGIO KUKINA, DJe 22.9.2016; AgRg no REsp. 1.565.046/SP, Rel. Min. DIVA MALERBI, DJe 31.8.2016.
4. Agravo Interno dos Servidores a que se nega provimento.
(AgInt no AREsp 1.035.843/RJ, Rel. Ministro Napoleão Nunes Maia Filho, Primeira Turma, DJe 31/8/2017)

ADMINISTRATIVO. SERVIDOR PÚBLICO ESTADUAL. REAJUSTE DE VENCIMENTOS. CONVERSÃO DA MOEDA. UNIDADE REAL DE VALOR - URV. LEI 8.880/94. DEFASAGEM SALARIAL. AUSÊNCIA DE COMPROVAÇÃO. REEXAME DE PROVAS. IMPOSSIBILIDADE. SÚMULA 7/STJ. DISSÍDIO PRETORIANO PREJUDICADO.

1. Trata-se de ação em que os recorrentes buscam desconstituir acórdão que não reconheceu o direito de recálculo dos vencimentos e proventos convertendo-os para a URV a partir de março de 1994.
2. O Superior Tribunal de Justiça tem o entendimento de que, embora não seja possível compensação de perdas salariais resultantes da conversão da moeda em URV com reajustes determinados por lei superveniente, é cabível a limitação temporal do pagamento quando há recomposição nos vencimentos decorrente de reestruturação na carreira dos servidores.
3. A apreciação da questão relativa à ausência de prova de eventual prejuízo sofrido, pelo recorrido, pela suposta percepção de valores menores do que os servidores que já se encontravam em exercício em 1994, demanda incursão no conjunto fático-probatório dos autos, o que é vedado na via especial, consoante o enunciado da Súmula 7 do Superior Tribunal de Justiça.
4. Fica prejudicada a análise da divergência jurisprudencial quando a tese sustentada esbarra em óbice sumular quando do exame do Recurso Especial pela alínea "a" do permissivo constitucional.
5. Recurso Especial não conhecido.
(REsp 1.655.448/SP, Rel. Ministro Herman Benjamin, Segunda Turma, DJe 27/4/2017)

Superior Tribunal de Justiça

Além disso, a verificação se a Lei Complementar Estadual n. 162/2002 reestruturou ou não a carreira dos recorrentes, bem como quanto ao ônus probatório, tal como trazida a questão nas razões recursais, esbarra nos óbices das Súmulas 280/STF ("*Por ofensa a direito local não cabe recurso extraordinário*") e 7/STJ ("*A pretensão de simples reexame de prova não enseja recurso especial*").

A propósito, confira os seguintes precedentes:

AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL. SERVIDOR PÚBLICO. ESTADO DE MINAS GERAIS. URV. DIFERENÇA SALARIAL. REESTRUTURAÇÃO DA TABELA DE VENCIMENTOS. LIMITAÇÃO TEMPORAL. OCORRÊNCIA. INTERPRETAÇÃO DE NORMA LOCAL E REEXAME DO CONJUNTO FÁTICO PROBATÓRIO DOS AUTOS. IMPOSSIBILIDADE. DISSÍDIO NÃO DEMONSTRADO NOS MOLDES REGIMENTAIS.

1. O agravante não trouxe argumentos novos capazes de infirmar os fundamentos que alicerçaram a decisão agravada, razão que enseja a negativa de provimento ao agravo regimental.

2. Segundo precedentes deste Superior Tribunal "para averiguar se a legislação estadual garantiu ou não o pagamento de valores superiores às perdas apuradas, no que tange à conversão de vencimentos públicos em URV, ou se pode ser reconhecida como o marco inicial da contagem do prazo prescricional, seria necessário analisar diploma legislativo local, cognição que é vedada na presente instância recursal, nos termos da Súmula 280/STF: 'Por ofensa a direito local não cabe recurso extraordinário' (REsp 1290833/MG, Rel. Ministro Castro Meira, Segunda Turma, DJe 19/12/2011).

3. Agravo regimental não provido.

(AgRg no REsp 1.353.389/MG, Rel. Ministro Mauro Campbell Marques, Segunda Turma, DJe 26/3/2014).

AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. SERVIDORES PÚBLICOS ESTADUAIS. URV. DIFERENÇAS VENCIMENTAIS. AUSÊNCIA DE PROVA DO PREJUÍZO. INVERSÃO DO ÔNUS PROBATÓRIO. REEXAME DE MATÉRIA FÁTICA. SÚMULA 7/STJ.

1. A instância ordinária assentou que a prova do prejuízo deveria ter amparado a petição inicial, porque é pré-constituída e documental, inerente ao ônus que competia aos autores, a fim de justificar o direito invocado, o que não ocorreu no presente caso. A alteração de tais premissas, tal como colocada a questão nas razões recursais, demandaria, necessariamente, novo exame do acervo fático-probatório constante dos autos, providência vedada em recurso especial, conforme o óbice previsto na Súmula 7/STJ.

2. Agravo interno a que se nega provimento.

(AgInt no AREsp 1.193.849/SP, Rel. Ministro Sérgio Kukina, Primeira Turma, DJe 6/3/2018)

CONSTITUCIONAL E ADMINISTRATIVO. SERVIDOR PÚBLICO. COBRANÇA DE DIFERENÇAS DERIVADAS DA CONVERSÃO DE URV PARA REAL. REESTRUTURAÇÃO DO REGIME DE REMUNERAÇÃO. LEI LOCAL. SÚMULA 280/STF. NÃO OCORRÊNCIA DE GANHO REAL. REEXAME DE PROVAS. SÚMULA 7/STJ. DISSÍDIO NÃO COMPROVADO.

1. Cinge-se a controvérsia a eventuais prejuízos sofridos por servidores

Superior Tribunal de Justiça

em razão da conversão da URV com base em Lei local. Porém, nos termos da Súmula 280/STF, 'por ofensa a direito local não cabe recurso extraordinário'.

2. Infirmar o posicionamento adotado pelo aresto recorrido, pela ausência de ganho real ou inexistência de reestruturação na carreira, conforme busca o agravante, demanda revolvimento de matéria fático-probatória, inviável em Recurso Especial, nos termos da Súmula 7/STJ.

3. Outros fundamentos também conduzem ao não conhecimento do Recurso Especial: a) falta de comprovação da divergência jurisprudencial e b) pela alínea 'b', não há aplicação de ato de governo local em detrimento de lei federal, nem formulação de teses fundadas nesse permissivo (cfr. REsp 1.208.459/MG, Segunda Turma, Rel. Min. Mauro Campbell Marques, DJe 5.11.2010).

4. Agravo Regimental do Município de Belo Horizonte provido para não conhecer do Recurso Especial de Anilze Vieira Righi.

(AgRg no Ag 1.347.207/MG, Rel. Ministro Herman Benjamin, Segunda Turma, DJe 23/5/2012).

Por fim, verifico que a apontada divergência não foi comprovada pela parte recorrente, pois cabe a quem recorre demonstrar as circunstâncias que identificam ou assemelham os casos confrontados, com indicação da similitude fático-jurídica entre eles. Indispensável a transcrição de trechos do relatório e do voto dos acórdãos recorrido e paradigma, realizando-se o cotejo analítico entre ambos, com o intuito de bem caracterizar a interpretação legal divergente. O desrespeito a esses requisitos legais e regimentais (art. 541, parágrafo único, do CPC, e art. 255 do RI/STJ) impede o conhecimento do Recurso Especial, com base na alínea "c", III, do art. 105 da Constituição Federal.

Ante o exposto, **não conheço do recurso especial**, com fundamento nos arts. 932, III, do Código de Processo Civil de 2015 e 34, XVIII, *a*, e 255, I, ambos do RISTJ. Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 07 de outubro de 2019.

MINISTRO BENEDITO GONÇALVES
Relator